

Para a Brasil Kirin,

força

é produzir resultados
que ajudam no crescimento do país.

Receita líquida (R\$ milhões)

2011 3.159

2012 3.623

EBITDA (R\$ milhões)

2011 268

2012 601

Lucro líquido (R\$ milhões)

-18

2011

2012 298

A **Brasil Kirin** faz parte de um grupo presente em 15 países, com mais de 41 mil funcionários e faturamento no Brasil de R\$ 3,6 bilhões. No Brasil, possui 11 centros de distribuição, mais de 190 revendas e 600 mil pontos de venda. Algumas das marcas mais queridas pelos brasileiros são produzidas

pela Brasil Kirin, como Nova Schin, Devassa, Baden Baden, Eisenbahn, Água Schin, Schin Refrigerantes, Itubaína, Fruthos e muitas outras. Somos uma empresa inovadora de bebidas que dão prazer e alegria, que trabalha para surpreender o consumidor e conquistar sua confiança e admiração.





BRASIL KIRIN PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.

(Anteriormente denominada Schincariol Participações e Representações S.A.)

CNPJ/MF nº 52.783.693/0001-30

Relatório da Administração - 2012

A Administração da Brasil Kirin, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2012, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, assim como de um sumário das principais atividades do Grupo ao longo do ano. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados e refletem a estrutura societária da Brasil Kirin para o período encerrado na data previamente mencionada.

Mensagem do Presidente: É com bastante entusiasmo que compartilhamos os resultados do primeiro ano de operação da Brasil Kirin, uma nova empresa que, com sua assinatura “Força de Respeito”, traz na sua essência o respeito aos consumidores, aos funcionários, o respeito aos clientes, a cada pessoa, a cada brasileiro. A Brasil Kirin coloca o Brasil em primeiro lugar e já nasce forte, com mais de cem anos de história no mundo e mais de 70 anos no Brasil. Uma empresa que une a tecnologia pioneira do Grupo Kirin com a paixão do brasileiro pela inovação e para produzir bebidas que dão prazer e alegria à vida. A Brasil Kirin integra um grupo global com mais de 40 mil funcionários e 270 empresas em diversos países. Subsidiária da Kirin Holdings Company, a maior fabricante do setor de bebidas no Japão, a Brasil Kirin tem suas marcas comercializadas por 15 Distribuidores Próprios e 194 Revendas para cerca de 600 mil pontos de venda em todo o Brasil. Ao produzir mais de 3 bilhões de litros de bebidas por ano gera mais de 10.000 empregos diretos no território nacional, operando 13 unidades fabris localizadas em 11 Estados, responsáveis por produzir cervejas (*Nova Schin, Schin no Grau, Devassa, Baden Baden, Eisenbahn, Cintra e Glacial*), sucos (*Fruthos e Skinka*), refrigerantes (*Schin e Itubaina*) e Água (*Schin*).

Desempenho Operacional: O ano de 2012, primeiro de uma nova fase para a empresa, mostrou-se bastante desafiador para a Brasil Kirin, considerando-se as metas desafiadoras propostas pela administração durante seu primeiro ano de integração com o Grupo Kirin e a conjuntura macroeconômica que se delineou ao longo do ano, com modesto crescimento econômico (0,87%), inflação média para o consumidor (IPCA) de 5,8% e desvalorização cambial da ordem de 10%. A empresa reconhece que o governo brasileiro atuou com pacotes de estímulos visando apoiar o crescimento econômico. Para a indústria de bebidas em específico, decidiu-se pela “postergação do aumento de impostos sobre o setor de cerveja, adiando para abril de 2013 o reajuste de taxas previamente programado para Outubro de 2012. Em contrapartida, a Indústria manteve seu compromisso de expansão dos investimentos e da geração de empregos. A despeito desse cenário econômico menos favorável à expansão dos negócios, a estratégia da Brasil Kirin foi integralmente alinhada com a visão de longo prazo da Kirin Holdings para o Brasil e, para os próximos anos, nosso foco na construção de marcas fortes, na expansão da distribuição e na excelência na prestação de serviços será ampliado. Dessa forma, um detalhado processo de planejamento estratégico aliado com disciplina na execução táctica permitiu, logo no primeiro ano, a geração de resultados bastante favoráveis, alinhados com nossa expectativa. Privilegiamos nessa primeira etapa a ampliação do relacionamento com nossos parceiros comerciais enquanto desenvolvemos atributos cada vez mais relevantes para nossos consumidores, fonte de inspiração para marcas e produtos, solidificando vantagens competitivas sustentáveis no setor. Isso se reflete em crescimento no volume de vendas de 5,5% (comparado a um crescimento no volume de produção registrado pelo Sicobe - Sistema de Controle de Produção de Bebidas - de 3,54%) com consequente incremento de *Market Share*; da mesma forma, no segmento de Refrigerantes, houve uma expressiva expansão de 10,9% nas vendas (comparadas a uma retração de 0,57% registrada no Sicobe). **Sustentabilidade:** Criação de Valor sustentável está no DNA da Brasil Kirin e é parte integrante do nosso planejamento estratégico. Por isso, demos continuidade a uma série de ações nessa direção, algumas das quais ressaltamos abaixo: Mantivemos nossos investimentos em atração, desenvolvimento e retenção de talentos, proporcionando aos nossos colaboradores mais de 480.000 horas de treinamentos presenciais e à distância. Mantivemos nosso compromisso com os projetos de apoio às cooperativas de coletores de resíduos e oficinas de reciclagem. Intensificamos nossos esforços para redução de consumo de água, energia e combustíveis. Entre 2011 e 2012 a Brasil Kirin reduziu em quase 4% o consumo de água para produção de bebidas e em mais de 3% o consumo de energia; além disso, boa parte das unidades fabris da Brasil Kirin já utiliza em seus processos a biomassa e o biogás como fonte de energia da produção. Ampliamos nossa parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica que, em 2012, completou cinco anos; atingimos a marca de 720 mil árvores plantadas e mais de 16 mil visitas de alunos de escolas ao nosso Centro de Experimentos Florestais (o maior projeto de preservação desenvolvido pela iniciativa privada no Brasil), como parte de um programa de educação e conscientização ambiental. Essa fazenda, localizada no município de Itu, possui uma área equivalente a mais de 500 campos de futebol e é utilizado para promover pesquisas ambientais, difundir experiências e gerar empregos para a comunidade. **Gestão Corporativa e Reconhecimento Externo:** A Brasil Kirin emprega modernas práticas comerciais, de produção, gestão e logística. Nossos demonstrativos financeiros são auditados por empresa externa (pertencente ao grupo das *Big Four*) e submetidos para aprovação pelo Conselho de Administração, que é composto por seis membros (dos quais dois independentes, inclusive o Presidente do Conselho). Aplicamos a ferramenta do *Balance Scorecard* para toda a organização, alinhando estratégias e objetivos através de indicadores e metas compartilhadas, direcionando-se com isso comportamentos e, consequentemente, desempenho. Além disso, conforme mencionado anteriormente, foco no desenvolvimento de pessoas é uma das nossas prioridades e isso pode ser evidenciado por alguns reconhecimentos externos, conforme abaixo: • MAKE (Most Admired Knowledge Enterprise): Primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo. Em 2012, 42 empresas instaladas no Brasil se inscreveram para este prêmio, que re-

conhece as melhores praticantes da disciplina de Gestão do Conhecimento. e-Learning Brasil: Primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo - Categoria Star (Corporativa) Organizado pela MicroPower, o prêmio reconhece as melhores iniciativas de e-learning do país. **Desempenho Financeiro em 2012 - Receita Bruta (ROB) e Receita Operacional Líquida (ROL):** A Brasil Kirin encerrou o ano de 2012 com uma Receita Bruta de R\$ 6,9 bilhões, um incremento de 13,2% em relação ao número apurado em 2011 e um novo recorde na história do Grupo. Devido a redução no valor das devoluções, descontos e abatimentos, o crescimento apurado na ROL foi ainda maior, atingindo 14,7%, sendo que o volume de vendas ultrapassou a marca de 32,5 milhões de hectolitros, 7,4% acima de 2011. Contribuíram para esse crescimento de volume a categoria de Cervejas (tanto marcas como *Nova Schin, Glacial e Devassa* quanto as cervejas especiais *Baden Baden* e *Eisenbahn*) bem como as categorias de não-alcóolicos, com particular ênfase para Refrigerantes, 10,9% acima de 2011. Da mesma forma, a melhoria dos resultados foi bastante equilibrada no que diz respeito aos canais de venda e distribuição em todas as regiões geográficas do país. Ao longo do ano foram executados trabalhos de reposicionamento de portfólio em várias regiões e canais, com o objetivo de atendermos a demanda de consumo através de uma extensão da presença das nossas marcas nos pontos de venda e, ao mesmo tempo, melhorarmos nossa lucratividade, com benefícios percebidos tanto pelos nossos clientes quanto pelos consumidores finais. **Custo dos Produtos Vendidos (CPV):** Um contínuo trabalho de racionalização de custos e despesas variáveis de manufatura e distribuição, bem como uma maior diluição dos custos fixos (em função do aumento no volume das vendas), contribuíram para um aumento de apenas 4,3% do CPV no ano (em valores absolutos) e uma redução real de 2,8% no Custo por hectolitro, mais do que neutralizando os aumentos nos custos de matéria-prima (e.g. cevada, alumínio e açúcar), um mix desfavorável de embalagens (crescimento mais acentuado de não retornáveis) e um aumento de depreciação anual da ordem de R\$ 15 milhões (em função dos contínuos investimentos em instalações industriais). **Receitas e Despesas Operacionais:** O aumento registrado nas despesas gerais e administrativas durante o ano de 2012 decorre de três fatores principais: (i) manutenção da pressão inflacionária no mercado de trabalho brasileiro (ii) o crescimento das despesas para comunicação dos atributos de diferenciação das nossas marcas e (iii) adequações da estrutura organizacional. Esses incrementos foram compensados por uma reversão (como resultado de uma extensa e profunda análise) das provisões necessárias para contingências e por um melhor aproveitamento de benefícios fiscais em diversos Estados. **Lucro Operacional, EBITDA e Margens:** Como consequência de todos os elementos expostos anteriormente, houve significativa melhoria dos indicadores financeiros do Grupo; o Lucro Operacional atingiu R\$ 399 milhões ou 11% da ROL (comparado a um prejuízo de R\$ 28 milhões em 2011) e o EBITDA atingiu R\$ 601 milhões, quase 4 vezes o valor alcançado em 2011. Com isso, a Margem EBITDA elevou-se de 5% em 2011 para 16,6% em 2012. **Lucro Líquido e Caixa Operacional:** O efeito de melhoria da lucratividade operacional possibilitou um incremento no Lucro Líquido do Grupo, que atingiu R\$ 298 milhões (comparados a um prejuízo de R\$ 78 milhões em 2011). Uma relevante parcela desse incremento refletiu-se no Caixa proveniente das Operações, o qual atingiu R\$ 504 milhões (R\$ 120 milhões a mais do que o valor gerado em 2011) e uma parte foi investida em aumento dos estoques (com consequente melhoria dos níveis de serviço de distribuição) e financiamento da expansão das vendas. **Atividades de Investimento e Financiamento:** O processo de expansão da atividade industrial da Brasil Kirin prosseguiu durante o ano de 2012. Foram investidos mais de R\$ 305 milhões em incremento de capacidade de manufatura e distribuição, dos quais mais de 70% (cerca de R\$ 218 milhões) foram financiados com a geração própria de caixa da empresa. **Perspectivas para 2013:** O negócio da Brasil Kirin é sensível ao comportamento do consumo e ao desempenho das variáveis macroeconômicas. Nesse sentido, existem sinais controversos sobre o que podemos esperar para o setor. Por um lado, a economia encontra-se em recuperação e isso se reflete nas expectativas de mercado para o crescimento do PIB em 2013, da ordem de 3,1% (bem distribuído entre indústria, agropecuária e serviços). Entretanto, nesse momento, a probabilidade e os impactos relativos aos riscos (relacionados à menor capacidade de incremento do consumo por parte das famílias e do governo bem como a persistente crise nos Estados Unidos e economias desenvolvidas da Europa) superam aqueles das oportunidades (incremento adicional da renda média do trabalhador, expansão do crédito e retomada mais forte da atividade industrial). Além disso, considerando-se os elementos intrínsecos ao setor, teremos que enfrentar o aumento da carga tributária (previstos para Abril e Outubro), o período de Carnaval antecipado e um verão menos quente do que em anos anteriores. Apesar de considerarmos esse cenário um importante elemento para as tomadas de decisões ao longo do ano, nossa estratégia foi desenhada para ponderar tanto o curto quanto o médio e longo prazo. Estamos certos que, durante esse período, continuaremos a superar as expectativas dos nossos clientes, consumidores, colaboradores e das comunidades onde estamos presentes, tanto com nossas atividades industriais quanto com nossas marcas e produtos. Vamos continuar crescendo de forma acelerada e sustentável, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão para o triênio 2013-2015, para incremento da nossa capacidade de produção no Norte, Nordeste e Sudeste e distribuição em todo o país, com particular ênfase no Sul e Sudeste. Manteremos o foco em inovação buscando aumentar ainda mais a diferenciação de performance e qualidade do nosso portfólio. Da mesma forma, ampliaremos nossas parcerias em todas as frentes, reforçando nosso compromisso com o consumo responsável de bebidas alcóolicas, expandindo nossa escala e escopo de atuação, trazendo inovações relevantes para o mercado e contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	59	2	522.997	170.107	Fornecedores (Nota 19)	207	399	321.993	273.161
Contas a receber (Nota 8)			669.051	584.586	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)			500	4.791
Estoques (Nota 9)	1	1	457.507	367.288	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)			323.423	383.238
Impostos e contribuições a recuperar (Nota10)			53.250	64.058	Salários e encargos sociais	99		123.707	87.157
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	113	11	10.609	9.283	Impostos e contribuições a recolher (Nota 21)	172	147	283.676	237.407
Dividendos a receber (Nota 12)	316.111	335.872			Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)			890	764
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)			468	9.873	Dividendos a pagar		9.444		9.444
Despesas antecipadas	61	52	70.430	73.736	Provisão para perdas em controladas (Nota 16)	11.373	8.487		
Demaís contas a receber	192	400	11.044	17.582	Adiantamentos de clientes			23.405	18.980
	316.537	336.338	1.795.356	1.296.513	Provisões para gastos comerciais			42.267	25.235
Não circulante					Demaís contas a pagar	24.648	2.400	93.586	47.734
Realizável a longo prazo						36.499	20.877	1.213.447	1.087.911
Contas a receber (Nota 8)			95.989	21.443	Não circulante				
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 10)			74.983	66.155	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)			1.023.655	738.078
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	14.735	3.153	14.735	14.503	Partes relacionadas (Nota 14)	196	290.544	321	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)			17.613	9.049	Provisão para contingências (Nota 23)	1.340	1.887	455.090	532.656
Partes relacionadas (Nota 14)			18	19	Impostos e contribuições a recolher (Nota 21)		143	106	19.884
Depósitos judiciais (Nota 15)	836	766	94.759	94.654	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)			60.741	40.712
Demaís contas a receber	33		9.596	11.005	Demaís contas a pagar		20.944	40.763	66.344
	15.604	3.919	307.693	216.828		1.536	313.518	1.580.676	1.397.674
Investimentos em controladas (Nota 16)	1.895.871	1.888.071			Total do passivo	38.035	334.395	2.794.123	2.485.585
Outros investimentos (Nota 16)	69	48	721	721	Patrimônio líquido (Nota 24)				
Imobilizado (Nota 17)	593	654	2.766.968	2.740.823	Capital social	620.879	620.879	620.879	620.879
Intangível (Nota 18)	16.796	16.796	126.572	135.549	Ajuste de avaliação patrimonial	524.682	572.351	524.682	572.351
	1.928.933	1.909.488	3.202.718	3.093.921	Reservas de lucros	1.061.874	718.201	1.057.626	711.619
Total do ativo	2.245.470	2.245.826	4.997.310	4.390.434	Total do patrimônio líquido	2.207.435	1.911.431	2.203.187	1.904.849
					Total do passivo e do patrimônio líquido	2.245.470	2.245.826	4.997.310	4.390.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais						
	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados		
		Legal	Retenção de lucros			Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	620.879	21.061	783.426	599.592	(14.018)	2.010.940
Realização do custo atribuído (deemed cost)				(27.241)	27.241	
Reversão de imposto de renda e contribuição social					360	360
Prejuízo do exercício					(78.119)	(78.119)
Distribuição de lucros			(28.332)			(28.332)
Absorção de prejuízos			(64.536)			
					64.536	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	620.879	21.061	690.558	572.351		1.904.849
Realização do custo atribuído (deemed cost)				(47.669)	47.669	
Reversão de imposto de renda e contribuição social					358	358
Lucro líquido do exercício					297.980	297.980
Constituição de reservas		14.783	331.224		(346.007)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	620.879	35.844	1.021.780	524.682		2.203.187

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
Controladora		Consolidado				Controladora	Consolidado
2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receitas				Distribuição do valor adicionado			
Vendas brutas de produtos e serviços		6.886.145		6.081.601			
Devolução, descontos e abatimentos		(228.470)		(277.191)			
Outras receitas		989		(323)		8.835 38.831	
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9)		21.874		(3.087)	
Provisões diversas		(192)		268		76.865 (77.643)	
		788		(55)		6.765.249 5.762.511	
Insumos adquiridos de terceiros							
Custo produtos vendidos, mercadorias e serviços prestados				(2.768.502)		(2.685.914)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.622)		(1.064)		(1.259.014) (1.126.090)	
Recuperação (perda) de valores com ativos permanentes		435				10.596 (55.758)	
		(2.187)		(1.064)		(4.016.920) (3.867.762)	
Valor adicionado bruto		(1.399)		(1.119)		2.747.459 1.894.749	
Depreciação e amortização		(60)		(61)		(201.606) (185.886)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(1.459)		(1.180)		2.546.723 1.708.863	
Valor adicionado recebido em transferência							
Participação resultado de controladas e provisão para perdas com investimentos		301.332		(72.700)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(58)				(12.606) 39.338	
Receitas financeiras		656		242		90.227 109.516	
Aluguéis e royalties						1.026	
Valor adicionado total a distribuir		300.471		(73.638)		2.624.344 1.858.743	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Brasil Kirin Participações e Representações S.A. (“Companhia”) tem sede em Itu, Estado de São Paulo, e tem como principal atividade a participação em outras sociedades. A atuação preponderante das empresas do Grupo Brasil Kirin é a industrialização de bebidas e o comércio atacadista e varejista, por meio das seguintes principais empresas: (a) Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A. - sede em Itu - SP. (b) Companhia de Bebidas Brasil Kirin - sede em Cachoeira de Macacu - RJ. (c) Brasil Kirin Logística Distribuição Ltda., responsável pelos depósitos próprios da Companhia e produção de concentrados - sede em Embu - SP. A Companhia possui ainda participação em outras empresas como descrito na Nota 16. A Brasil Kirin Participações e Representações S.A. tem como controladora final a Kirin Holdings Investments Brasil Participações Ltda., que adquiriu a controladora intermediária Aleadri - Schinini Participações e Representações Ltda. em agosto de 2011, e a Jadangil Participações e Representações Ltda., acionista minoritária, em novembro desse mesmo ano, passando a ser a controladora final de todas as empresas do Grupo a partir dessa data. Determinadas controladas possuem programas de incentivos fiscais governamentais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mediante, respectivamente: crédito presumido, financiamento, reduções parciais dos valores devidos, desde que atendidas certas condições. No âmbito Federal, a Companhia goza da redução do imposto de renda apurado de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. A Companhia faz acompanhamento rigoroso dos diversos projetos de alteração da legislação em vigor, em tramitação. Simulações realizadas a partir das propostas em tramitação relativas às alterações das alíquotas interestaduais do ICMS, mostram impactos não relevantes nos resultados futuros da Companhia. A Companhia não goza de incentivos fiscais declarados inconstitucionais pelo STF. As empresas do Grupo Brasil Kirin operam integralmente sob controle comum e os custos compartilhados das estruturas administrativas e operacionais são atribuídos às empresas de acordo com critérios que consideram a razoabilidade de sua identificação. Assim, a expressão Grupo Brasil Kirin, utilizada nestas notas explicativas, tem o objetivo de melhor caracterizar essa forma de atuação. Previamente denominada Schincariol Participações e Representações S.A., a Companhia teve sua razão social alterada no exercício de 2012 para Brasil Kirin Participações e Representações S.A. **Incorporação das controladas Schimar Propaganda e Publicidade Ltda. e da Primo Schincariol Transportes S.A.:** Em 1º de outubro de 2012, foi aprovada em assembleia geral extraordinária pelos acionistas da Brasil Kirin Participações e Representações S.A. a incorporação da Schimar Propaganda e Publicidade Ltda. e da Primo Schincariol Transportes S.A. O objetivo das incorporações foi simplificar a estrutura societária da qual fazem parte a Companhia e suas controladas, com a consequente simplificação operacional e redução dos custos incidentes sobre operações entre as companhias envolvidas. Tendo em vista que no ato da incorporação a incorporadora era proprietária de 100% das ações representativas do capital social das incorporadas, não haverá alteração no capital social da incorporadora devido a aplicação de “incorporação por ações”. O acervo líquido contábil das empresas incorporadas foi avaliado por peritos avaliadores independentes e pode ser assim sumarizado:

Schimar Propaganda e Publicidade Ltda.

Ativo Circulante 530

Não circulante 298.477

Passivo Circulante (574)

Não circulante (1.242)

Patrimônio líquido incorporado (297.191)

Acervo líquido incorporado

Primo Schincariol Transportes S.A.

Ativo Circulante 70

Não circulante 163.061

Passivo Circulante (55)

Não circulante (1.158)

Patrimônio líquido incorporado (161.918)

Acervo líquido incorporado

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 15 de abril de 2013. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o “Custo atribuído” de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. Na preparação das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPCs e de acordo com o IFRS emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão sendo apresentadas juntamente com

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Controladora		Consolidado		
	2012	2011	2012	2011	
Receita (Nota 25)			3.623.143	3.159.043	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 26)			(2.216.159)	(2.125.583)	
Lucro bruto			1.406.984	1.033.460	
Gerais e administrativas (Nota 26)	(2.961)	(2.637)	(369.820)	(291.239)	
Com vendas (Nota 26)			(1.077.952)	(1.049.125)	
Participações em sociedades controladas (Nota 16(b))	304.574	(67.120)			
Provisão para perdas em controladas	(3.242)	(5.580)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 27)	1.031	(61)	440.451	279.001	
	<u>299.402</u>	<u>(75.398)</u>	<u>399.663</u>	<u>(27.903)</u>	
Lucro (prejuízo) operacional	(4.342)	(5.956)	(168.095)	(173.681)	
Despesas financeiras (Nota 28)	656	242	97.395	109.687	
Receitas financeiras (Nota 28)					
Variações cambiais, líquidas (Nota 29)			(7.862)	(15.919)	
Despesas financeiras, líquidas	<u>(3.686)</u>	<u>(5.714)</u>	<u>(78.562)</u>	<u>(79.913)</u>	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	295.716	(81.112)	321.101	(107.816)	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13(c))					
Diferidos	(58)		(12.607)	39.338	
Do exercício			<u>(10.514)</u>	<u>(9.641)</u>	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>295.658</u>	<u>(81.112)</u>	<u>297.980</u>	<u>(78.119)</u>	
Quantidade de ações média e ponderada ao fim de cada exercício - em milhares	728.045	728.045			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação do capital social - R\$	<u>0,41</u>	<u>(0,11)</u>			
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há outros componentes do resultado abrangente além do resultado do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.					
As notas explicativas da administração					

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais					
	Controladora		Consolidado		
	2012	2011	2012	2011	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	295.716	(81.112)	321.101	(107.816)	
Ajustes de :					
Depreciação e amortização	60	61	201.606	185.886	
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	2.262	5.572	138.369	113.582	
Baixas provenientes de acordos contratuais e descontos concedidos			254.926	151.461	
Constituição (reversão) de provisão de impostos a pagar			(1.205)	3.577	
Provisão para impostos a recuperar			268	784	
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	9		(21.874)	11.126	
Reversão de provisão para abatimentos de clientes			(7.620)		
Reversão de provisão para perdas em estoques			(4.330)	(8.660)	
Constituição (reversão) de provisão para perdas no imobilizado			(3.909)	32.622	
Constituição (reversão) de outras provisões	44	6	52.942	(17.427)	
Provisão para salários e encargos			30.244	(2.869)	
Reversão de provisão para perdas em investimento			(21.355)		
Provisão para indenizações processuais			22.160		
Perdas de indenizações processuais	10		31.854	6.738	
Perda na venda de ativo imobilizado			5.083		
Ganho na venda de ativo imobilizado	(9)		(66.411)	(47.401)	
Participações em sociedades controladas	(301.332)	72.700			
Incentivos fiscais			(463.791)	(400.276)	
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(779)	(75.317)	80.390	
Perdas com ativo imobilizado e investimentos		635	72.538	44.261	
Outros	(357)	265	(435)		
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber			(384.795)	(231.598)	
Estoques			(95.749)	167.027	
Impostos e contribuições a recuperar	317		191.282	94.364	
Demais contas a receber	192	(408)	10.419	(26.183)	
Depósitos judiciais	(842)	3	(70.616)	(53.335)	
Fornecedores	(192)	388	58.856	60.298	
Salários e encargos sociais	22	(133)	6.306	1.892	
Impostos e contribuições a recolher	(195)	138	529.217	482.520	
Demais contas a pagar	(677)	(2.612)	(164.505)	(119.151)	
Caixa (aplicado) gerado nas operações	(4.972)	(5.276)	545.259	421.812	
Juros pagos			(31.113)	(30.364)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(209)		(10.384)	(8.901)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(5.181)	(5.276)	503.762	382.547	
Fluxo de caixa das atividades					

BRASIL KIRIN PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.

(Anteriormente denominada Schincariol Participações e Representações S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • Alteração IFRS 7 - "Instrumentos financeiros: Divulgações, sobre compensação de ativos e passivos", traz novas divulgações para facilitar a comparação entre entidades que elaboram demonstrações financeiras em IFRS e aquelas que elaboram demonstrações financeiras em US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • Alteração IAS 32 - "Instrumentos Financeiros": Apresentação, sobre compensação de ativos e passivos, traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.2 Demonstrações financeiras consolidadas e critérios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Brasil Kirin Participações e Representações S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas: • Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A. (anteriormente denominada Primo Schincariol Indústria Cervejas e Refrigerantes S.A.), • Companhia de Bebidas Brasil Kirin (anteriormente denominada Companhia de Bebidas Primo Schincariol). • Brasil Kirin Administração de Bens Ltda. (anteriormente denominada Schincariol Administração de Bens Ltda.). • Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda. (anteriormente denominada Schincariol Logística e Distribuição S.A.). • Brasil Kirin Trading e Serviços Ltda. (anteriormente denominada Schincariol International Trading e Serviços Ltda.). • Brasil Kirin Indústria de Bebidas de Alagoas Ltda. (anteriormente denominada Primo Schincariol Indústria de Bebidas de Alagoas Ltda.). • Cervejaria Baden Baden Ltda. • MS - Marketing e Serviços de Franquia Ltda. • Mango Serviços Financeiros S.A. • Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. • Creme de la Creme Empreendimentos e Participações S.A. • Sonar Serviços e Franquias S.A. • Cervejaria Sudbrack Ltda. • Bar e Restaurante Devassa Ltda.; contempla ainda, as seguintes empresas incorporadas em 2012: • Primo Schincariol Transportes S.A. • Schimar Propaganda e Publicidade Ltda. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados os seguintes procedimentos: • eliminação dos investimentos, saldos ativos e passivos e das receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas. • as demonstrações financeiras das controladas, base para cálculo de equivalência patrimonial e para a consolidação, foram ajustadas para refletirem as mesmas práticas e critérios contábeis da controladora. Conciliação entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado em 31 de dezembro:

	2012	2011
Balanço patrimonial da controladora	2.207.435	1.911.431
Diferido (gastos pré-operacionais)	(4.248)	(6.582)
No balanço patrimonial consolidado	2.203.187	1.904.849

Conciliação entre o resultado do exercício da controladora e do consolidado em 31 de dezembro:

	2012	2011
Resultado do exercício da controladora	295.658	(81.112)
Reversão de amortização do diferido	2.322	2.993
Resultado do exercício consolidado	297.980	(78.119)

2.3 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil Kirin Participações e Representações S.A. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é também a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais líquidas". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídos na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.5 Ativos financeiros - 2.5.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponível para venda em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos. **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4 Impairment de ativos financeiros - (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de

desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia estão sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não há atualmente derivativos contabilizados pelos critérios de *hedge accounting*. Quando há derivativos contabilizados pelo critério de *hedge accounting*, a Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos derivativos e os itens protegidos, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações com instrumentos financeiros. Os valores justos dos vários instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7. O valor justo total dos derivativos é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for inferior a 12 meses. **2.7 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) (*impairment*). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. Os custos dos estoques de produtos em elaboração e produtos acabados são avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, reduzido de provisão para ajustá-los ao valor realizável, quando aplicável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, mais os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo. **2.11 Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade de suspensão e não houver possibilidade de resgate desses depósitos. **2.12 Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construído, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo art. 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Embora tenha adotado o valor justo como custo atribuído e do consequente reflexo na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios	35 a 50
Máquinas e equipamentos	10 a 20
Móveis e utensílios	10
Veículos	4 a 5
Outros componentes	3 a 10

Os materiais de acondicionamento e transporte são constantemente monitorados e suas baixas ocorrem por quebras e perdas e são apropriadas ao custo de produção ou ressarcidas por clientes quando praticável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Quando os ativos avaliados ao custo atribuído são baixados ou depreciados, os valores incluídos na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" são transferidos para "Lucros (prejuízos) acumulados". **2.13 Ativos intangíveis - (a) Softwares/licenças:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • o *software* pode ser vendido ou usado. • pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. **(b) Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(c) Outros ativos intangíveis:** Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados durante sua vida útil estimada. Os ativos intangíveis não são reavaliados. **2.14 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.15 Fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.16 Provisões:** As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.17 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). As contas de financiamentos de impostos a recolher classificadas no circulante e não circulante (incentivos fiscais), foram ajustadas a valor presente, por taxas consideradas pela administração como de mercado conforme prevêm os CPCs 07 e 12. **2.18 Benefícios a empregados:** Com relação aos planos de contribuição

definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. **2.19 Subvenções para investimentos:** As subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em bases sistemáticas, nos termos do CPC 07. **(i) Benefícios fiscais por financiamentos:** As empresas controladas possuem benefícios fiscais relacionados a financiamentos, com taxas subsidiadas, de parte do ICMS devido em suas operações. Possuem também benefícios decorrentes de crédito presumido de ICMS e de redução do valor financiado, a depender do atendimento de certas condições previstas nos atos concessórios dos referidos benefícios, as quais vêm sendo cumpridas pelas empresas controladas. De modo a reconhecer a essência dos benefícios fiscais por financiamentos, foi efetuado o ajuste a valor presente das parcelas financiadas visando refletir o ganho decorrente da diferença entre as taxas obtidas pela Companhia em suas aplicações financeiras e as taxas de juros aplicáveis aos financiamentos. A subvenção relativa aos impostos apurados, equivalente ao ajuste a valor presente, é registrada diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **(ii) Benefícios fiscais por crédito presumido:** O registro das subvenções é realizado diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em regime de competência, na data em que a receita é ganha, ou seja, no momento em que as condições para que os benefícios sejam recebidos estejam integralmente sob o controle da administração. Tais condições incluem, principalmente, a manutenção de certos níveis de emprego, produção e de investimentos, bem como, adimplemento de obrigações fiscais. Essas condições vêm sendo adequadamente cumpridas. Ao final do ano, em caso de resultado do positivo, é constituída reserva de lucros pelos valores de competência do exercício **(iii) Lucro da exploração:** Certas empresas controladas possuem, ainda, benefício redução do imposto de renda apurado em área incentivada de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. Essa redução tributária é apresentada como redutora do imposto total apurado no período, antes da referida subvenção. **(iv) Registro de reserva de incentivos fiscais:** A parcela remanescente do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções legais, e que decorrer dos benefícios fiscais descritos anteriormente, é destinada para formação de "Reserva de incentivos fiscais" (reserva de lucros), nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras das controladas. Nas demonstrações financeiras consolidadas os incentivos fiscais ficam demonstrados no resultado do exercício. **2.20 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. Os produtos são frequentemente vendidos com descontos por volume. As vendas são registradas com base no preço especificado nas tabelas de preço acordadas com os clientes. Os descontos e abatimentos de preços por volume ou negociações comerciais são deduzidos da receita. As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento entre 7 e 35 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **(c) Dividendos:** Os dividendos, nas demonstrações individuais, são reconhecidos quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. **2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em assembleia geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais:** Esses tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **(c) Passivo contingente:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1 Fatores de risco financeiro:** A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as empresas do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O Grupo Brasil Kirin em função do seu ramo de negócio possui exposições mais evidentes em taxas de câmbio de reais para dólares norte-americanos e euros, além de preços das *commodities*, destacando-se alumínio, malte e açúcar. As empresas do Grupo Brasil Kirin contrataram ao longo de 2012, operações de derivativos de taxa de câmbio de reais para dólares norte-americanos e *commodities* para fixar um percentual de seu custo de produção. O Grupo Brasil Kirin não se utiliza de derivativos para fins especulativos. **(a) Risco de mercado:** O objetivo da utilização de instrumentos financeiros derivativos pelo Grupo é de proteção de seu fluxo de caixa contra a realização de cenários com preços adversos aos quais as operações estejam indexadas, com horizonte de curto prazo. As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, conforme descrito no risco de crédito, sempre se observando os limites e exposições aos riscos de câmbio e de *commodities*. Caso a contraparte seja avaliada por mais de uma das agências classificadoras de risco, prevalecerá sempre o menor *rating*. As liquidações destas operações financeiras estão associadas aos pagamentos de aquisições de insumos de produção e de liquidações de contratos de financiamento de importações, havendo, portanto compensação entre os ganhos e perdas dos instrumentos de derivativos de proteção contratados. Essas operações foram realizadas com instituições financeiras de primeira linha, em ambiente de balcão, portanto, não existem chamadas de margens, pois as operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras. O impacto no fluxo de caixa da Companhia se dará somente na data da liquidação dos contratos. **(i) Risco com taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em aumento de despesas financeiras devido às flutuações nas taxas de juros relativas aos empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra este risco. **(ii) Risco com taxa de câmbio:** Com o objetivo de proteger o fluxo de caixa da Companhia, que está sujeito a volatilidade da cotação de câmbio, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de compras a termo de moeda e *commodities Non Deliverable Forward* (NDF) além de *swap* de taxa de juros. **(iii) Risco de preço:** A proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de contratos de *Non Deliverable Forward* (NDF) com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações financeiras estão relacionadas à exposição de aquisições futuras de insumos de produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. O valor justo dos contratos a termo (NDF), de câmbios e *commodities* são calculados por método de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil e os preços de futuros da bolsa *London Metal Exchange* (LME). **(b) Risco de crédito:** As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, instituições do País com *rating* de no mínimo "A" (ou equivalente) em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: *Fitch Atlantic Rating*, *Moody's Investor ou Standard & Poor's*, observando-se o patrimônio líquido mínimo de R\$ 2 bilhões da instituição financeira e os limites de alocação por instituição financeira conforme a Política do Grupo Brasil Kirin. Os empréstimos entre partes relacionadas são celebrados mediante contrato de mútuo. Ao final do exercício de 2012 não havia contratos de mútuo em aberto. Em relação aos saldos de contas a receber, a administração utiliza-se de uma política interna para concessão de créditos aos clientes dos canais que opera, a qual se baseia na análise periódica do risco que o cliente oferece e, quando aplicável, a Companhia solicita garantias reais para mitigar os riscos de inadimplência. Não há classificação externa de crédito para os clientes da Companhia, que realiza análises de acordo com padrões estabelecidos pelo mercado, com revisão trimestral. O prazo médio de recebimento das contas a receber pode ser assim sumariad

	Dias
Re vendas próprias	Até 14
Re vendas de terceiros	Até 28
Autosserviço	28 a 35

(c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes e acesso a facilidade de empréstimo é suficiente para financiar o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos e os passivos financeiros

BRASIL KIRIN PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.
(Anteriormente denominada Schincariol Participações e Representações S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BRASIL KIRIN PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.
(Anteriormente denominada Schincariol Participações e Representações S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• A metodologia adotada está de acordo com os requisitos estabelecidos no pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de Ativos e a Administração entende que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados. • Para a realização das projeções foi considerada a capacidade produtiva atual das UGCs. Na comparação do valor contábil dos ativos com o seu valor em uso, indicou insuficiência de geração de caixa para suportar os ativos registrados em Itu, Macacu e Igrejinha. Desta forma, a administração efetuou o teste de recuperabilidade complementar por meio da avaliação dos ativos que representam o valor de liquidação dos mesmos, o qual está suportado por laudo de empresa de avaliação independente. Na nova comparação da UGC de Itu e Macacu, o valor contábil dos ativos foi superado pelo valor de liquidação e, portanto, foi concluído que não há a necessidade de qualquer ajuste em relação ao seu valor de recuperação. Na nova comparação da UGC de Igrejinha, o valor contábil dos ativos não foi totalmente superado pelo valor de liquidação. Resultando em uma necessidade de provisão de perda de recuperabilidade de R\$ 11.000 nesta UGC, entretanto, este valor não foi reconhecido. Para o teste de recuperabilidade do ágio, a Companhia elaborou o fluxo de caixa descontado semelhante ao fluxo de caixa descontado aos ativos tangíveis, entretanto, levando-se em consideração a perpetuidade do negócio e renovações de contratos. Estes fluxos de caixa descontados foram comparados com os ativos e passivos operacionais não financeiros e como resultado desta comparação, os valores relativos aos fluxos de caixa descontado superaram os valores dos ativos e passivos operacionais não financeiros. Como conclusão, não houve a necessidade de qualquer ajuste por perda de recuperabilidade quanto ao ágio. **(b) Bens dados em garantia:** Em razão de empréstimos bancários assumidos pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2012, existem bens móveis e imóveis no montante de R\$ 375.407 (2011 - R\$ 443.208), que foram conferidos como garantias de empréstimos bancários. Tal restrição não está impactando o uso desses bens e as operações da Companhia. **(c) Outras informações:** A depreciação do imobilizado do exercício de 2012 alocada ao custo dos produtos vendidos totaliza R\$ 151.165 (2011 - R\$ 131.546) e às despesas, R\$ 33.902 (2011 - R\$ 38.537). As operações de arrendamento operacional referentes a arrendamentos de máquinas e equipamentos e veículos, nos valores de R\$ 22.221 e R\$ 12.814 (2011 - R\$ 17.380 e R\$ 12.690), respectivamente, estão incluídas nas demonstrações de resultados da Companhia. **18. Intangível** - O saldo na controladora é composto por marcas e patentes adquiridos.

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Software/ licenças	Ágio	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	16.915	10.566	97.621	19.666	144.770
Aquisição	5	2.007			2.012
Alienação			(633)		(633)
Transferências		326			326
Amortização	(5)	(3.811)		(7.110)	(10.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.915	9.088	96.988	12.558	135.549
Custo total	932	25.886	96.988	35.998	175.804
Amortização acumulada	(17)	(16.798)		(23.440)	(40.255)
Saldo contábil, líquido	16.915	9.088	96.988	12.558	135.549
Saldo em 1º de janeiro de 2012	16.915	9.088	96.988	12.558	135.549
Aquisição		2.056	426		2.480
Transferências		(60)			(60)
Amortização		(4.007)		(7.391)	(11.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.915	7.077	97.414	5.166	126.572
Custo total	16.932	28.088	97.414	35.717	178.151
Amortização acumulada	(17)	(21.011)		(30.551)	(51.579)
Saldo contábil, líquido	16.915	7.077	97.414	5.166	126.572

(a) Outras informações relevantes sobre os intangíveis: Os ágios existentes na Companhia referem-se à: • R\$ 34.132 refere-se a compra da Cervejaria Sudbrack, em abril de 2008, a qual é detentora da marca Eisenbahn, do ramo de industrialização, comércio atacadista e varejista, importação e exportação de bebidas, produção e comércio artesanal de cervejas e chopes. O ágio foi baseado em expectativa de rentabilidade futura e conforme previsto na OCPC 02, a partir de 1º de janeiro de 2009 o ágio deixou de ser amortizado e sua recuperabilidade passou a ser testada periodicamente conforme determinado no CPC 01; • R\$ 27.618 refere-se a compra da empresa Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. o qual foi baseado na expectativa de rentabilidade futura conforme laudo de avaliação econômico-financeira emitido por empresa especializada em 18 de outubro de 2007. De acordo com a OCPC 02, a partir de 1º de janeiro de 2009, tal ágio não sofreu mais amortização e sua recuperabilidade vem sendo testada conforme determinado no CPC 01. A Companhia de Bebidas Brasil Kirin (anteriormente denominada Companhia de Bebidas Primo Schincariol) tem sede e fábrica em Cachoeiras de Macacu - RJ e unidades fabris em Caxias - MA, Benevides - PA e Horizonte - CE, que tem de um modo geral, o mesmo objeto social da Companhia. • R\$ 31.608 mil refere-se a compra da Cervejaria Baden Baden, em 2006. O ágio foi baseado em expectativa de rentabilidade futura e conforme previsto na OCPC 02, a partir de 1º de janeiro de 2009 o ágio deixou de ser amortizado e sua recuperabilidade passou a ser testada periodicamente conforme determinado no CPC 01; • R\$ 1.635 mil refere-se a compra da Mango Serviços Financeiros S.A. em 2008 o ágio deixou de ser amortizado e sua recuperabilidade passou a ser testada periodicamente conforme determinado no CPC 01. Para maiores detalhes sobre o teste de redução ao valor recuperável do ágio, vide nota 17(a).

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Nacionais	207	399	292.603	233.680
No exterior			29.390	26.892
Importações em andamento			12.589	
	207	399	321.993	273.161

	Consolidado	
	2012	2011
Encargos financeiros médios anuais - % a.a.		
Descrição	2012	2011
Moeda nacional		
BNDES	TJLP + 2,62	289.498
FINAME	5,35	281.858
Títulos negociados		25
Fundopen RS (ICMS)	5,00 + IPCA	179.522
DESEMBAHIA	TJLP	128.020
Financiamento - CODIM	3,00	411.912
Sincorex	IGP-M	239.214
Refinanciamento Benevides - ICMS	Selic	12.782
ICMS Ceará	TJLP	65.537
Ajuste a valor presente - Fundopen		(18.754)
Ajuste a valor presente - DESEMBAHIA		(4.452)
Ajuste a valor presente - CODIM		(205.911)
Ajuste a valor presente - Sincorex		(27.002)
Ajuste a valor presente - ICMS Ceará		(5.171)
Moeda estrangeira		
FINIMP (2011 - US\$ 64.731)		121.423
	1.347.078	1.121.316
	(1.023.655)	(738.078)
	323.423	383.238

Menos: parcela não-circulante

Circulante

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2012	2011
Ano		
2013		170.660
2014	214.875	138.463
2015	207.798	75.845
2016	137.777	66.396
2017	146.508	286.714
2018	316.697	
	1.023.655	738.078

Linhas de crédito: Em julho de 2010, o Grupo Brasil Kirin (Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A., Companhia de Bebidas Brasil Kirin, Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., Brasil Kirin Logística e Distribuição Ltda. e Sonar Serviços e Franquias S.A.), assinou contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante total de R\$ 505.966 para implantação/ampliação de capacidade de produção, reformas e modernização de ativos imobilizados, obras civis, material de acondicionamento, implantação de projetos de qualidade, produtividade, ambientais e programas de investimentos sociais. Os recursos estão sendo liberados à medida que as empresas do Grupo Brasil Kirin comprovam financeiramente a realização dos investimentos junto ao BNDES. Houve a primeira liberação de recursos em dezembro de 2012 no montante de R\$ 290.472 relativos às empresas Brasil Kirin Indústria de Bebidas S.A. e Companhia de Bebidas Brasil Kirin.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre produtos industrializados			45.759	29.208
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços			189.984	169.325
Programa de Integração Social	2		4.571	2.083
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	9	1	20.433	13.394
PAES	128	250	18.503	37.665
Provisão de impostos sobre estoques obsoletos (ICMS, IPI, PIS e COFINS)			2.504	3.813
Outros	33	39	2.028	1.803
	172	290	283.782	257.291
	(143)	(106)	(19.884)	
	172	147	283.676	237.407

Menos: parcela não-circulante

	Consolidado	
	2012	2011
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	23	165
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	867	599
	890	764

23. Provisão para contingências: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração das Companhias, suportadas pela opinião de seus consultores legais externos. **(a) Composição da provisão para contingências:** Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Contingências	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Contingências de naturezas				
Tributárias (i)	2.515	(1.176)	1.339	1.887
Cíveis (iii)	1		1	
Passivo não circulante	2.516	(1.176)	1.340	1.887
Consolidado			2012	2011

	Contingências	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Contingências de naturezas				
Tributárias (i)	1.062.718	(702.683)	360.035	458.489
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	88.967		88.967	69.179
Cíveis (iii)	6.088		6.088	4.988
Passivo não circulante	1.157.774	(702.683)	455.090	532.656
Consolidado			2012	2011

	Contingências	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Contingências de naturezas				
Tributárias (i)	1.062.718	(702.683)	360.035	458.489
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	88.967		88.967	69.179
Cíveis (iii)	6.088		6.088	4.988
Passivo não circulante	1.157.774	(702.683)	455.090	532.656
Consolidado			2012	2011

(b) Movimentação das contingências

Saldo em 1º de janeiro de 2011

Adições

Baixas

Atualizações monetárias

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Adições

Baixas

Atualizações monetárias

Saldo em 31 de dezembro de 2012

(c) Natureza das contingências provisionadas - (i) Tributárias: Os depósitos judiciais decorrem substancialmente de contingências relacionadas a créditos de IPI na aquisição de matérias-primas tributadas à alíquota zero ou não tributadas, os quais foram compensados com tributos devidos e encontram-se integralmente depositados em juízo, além de discussão judicial da majoração da base de cálculo e alíquota referentes ao PIS e à COFINS. As demais provisões para contingências decorrem substancialmente de (i) dedutibilidade fiscal das despesas com remuneração de debêntures, (ii) prêmio na compra de debêntures e variações cambiais de valores a pagar a terceiro, (iii) provisão para discussões sobre a retenção do ICMS - substituição tributária em operações de venda de produtos em certos estados, e (iv) diferença de interpretação com o fisco quanto a forma de utilização de benefício fiscal de ICMS e IPI. **(ii) Trabalhistas e previdenciárias:** A Companhia está envolvida em processos judiciais trabalhistas movidos por ex-empregados, sendo que tais processos são relacionados, principalmente, com pedidos de pagamentos de horas extras, verbas rescisórias, diferenças de verbas salariais, entre outros. **(iii) Ações cíveis:** Os processos cíveis estão relacionados a pedidos de pensionamento, dano emergente e lucros cessantes, dentre outros. **(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** As empresas do Grupo Brasil Kirin têm ainda ações de natureza tributária no montante de R\$ 1.628.190 (2011 - R\$ 2.042.442), trabalhista no montante de R\$ 136.473 (2011 - R\$ 155.637) e cível no montante de R\$ 205.721 (2011 - R\$ 204.375) envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi julgada necessária a constituição de provisão. **24. Patrimônio líquido - (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2012 o capital social está dividido em 728.045 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** A conta de ajustes de avaliação patrimonial foi criada conforme determinação da Lei nº 11.638/07 para receber as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. O saldo existente na conta refere-se aos ajustes do ativo imobilizado após a adoção da opção do custo atribuído e dos respectivos tributos diferidos, previsto no pronunciamento técnico CPC 27. Inclui ainda o saldo existente da reserva de reavaliação que refere-se à reavaliação realizada no exercício de 2007. Conforme permite o artigo 6º da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por continuar amortizando a reserva de reavaliação constituída sobre seus bens até sua finalização. A realização da reserva de reavaliação da Companhia, efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados, é transferida para lucros acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários. **(c) Reserva de lucros - (i) Legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal

tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(ii) Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na assembleia geral. **(iii) Incentivos fiscais em controladas:** A Companhia mantém reserva de lucros (incentivos fiscais) no montante total de R\$ 215.014 em empresas controladas. **(d) Destinação do resultado:** Segundo o Estatuto Social, o lucro apurado no exercício que remanecer após as destinações legais permanecerá à disposição da assembleia geral que decidirá o destino a ser dado. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro do exercício da controladora no valor de R\$ 295.658 foi utilizado para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro, no montante de R\$ 14.783. Nas demonstrações consolidadas o saldo remanescente dos lucros obtidos adicionado aos outros resultados obtidos, de R\$ 331.224 foi posto a disposição da assembleia que irá deliberar sobre a destinação dos valores, conforme estatuto da companhia. Até 31 de dezembro de 2012, o montante de incentivos fiscais que foi utilizado em empresas controladas para absorção de prejuízos acumulados e que deverão ser restaurados como Reserva de lucros quando houver lucro disponível é de R\$ 976.469 (2011 - R\$ 721.169).

	Consolidado	
	2012	2011
Vendas brutas de produtos e serviços	6.886.144	6.081.600
Impostos sobre vendas	(3.034.266)	(2.645.367)
Devoluções, descontos e abatimentos	(228.735)	(277.191)
	3.623.143	3.159.043

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Matérias-primas e materiais			1.620.551	1.576.112
Energia elétrica e combustíveis			85.094	81.845
Despesas de benefícios a empregados	292	1.533	611.051	522.980
Encargos de depreciação e amortização	60	61	203.827	185.886
Custos de publicidade		5	486.590	465.274
Serviços de Terceiros	2.234	430	185.354	147.056
Fretes			139.328	130.930
Outras despesas	384	608	332.136	355.864
	2.970	2.637	3.663.931	3.465.947
Custos dos produtos vendidos			2.216.159	2.125.583
Despesas com vendas		9	1.077.952	1.049.125
Despesas administrativas	2.961	2.637	369.820	291.239
	2.970	2.637	3.663.931	3.465.947

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outras despesas operacionais				
Perdas na alienação de imobilizado			(109.134)	(61.093)
Perdas na alienação de sucata			(1.045)	(1.419)
Provisão para perdas com o imobilizado				(32.622)
Perda parcelamento de impostos (Lei 11.941)		115	(101)	(4.746)
Amortização despesas pré-operacionais			(2.899)	(3.732)
Provisões para contingências	(193)			(80.390)
Perdas diversas			(14.938)	(21.312)
Provisão para despesas		(511)		
Ajuste a valor presente de impostos sobre ativo			(2.643)	(2.529)
Indenizações processuais			(53.482)	(6.618)
Perdas com títulos incobráveis			(41.626)	
Outras	(191)	(755)	(19.807)	(13.555)
Total de outras despesas operacionais	(384)	(1.151)	(245.675)	(228.016)
Outras receitas operacionais				
Subvenção para investimento - ICMS			415.152	350.258
Reversão de provisão para perdas com o imobilizado			25.264	
Reversão de provisão para contingências		779	75.317	
Ajuste a valor presente de incentivos			48.639	50.018
Ganhos na alienação de imobilizado			71.754	50.512
Ganhos na alienação de sucata			13.497	10.333
Resultados não realizados			1.904	486
Reversão de provisão para despesas			1.549	2.747
Despesas recuperadas		131	4.437	16.484
Vendas diversas			18.740	16.195
Outras	1.415	180	9.873	9.984
Total de outras receitas operacionais	1.415	1.090	686.126	507.017
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.031	(61)	440.451	279.001

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros sobre passivos financeiros	(1.054)	(1.500)	(51.689)	(51.135)
Realização de ajuste a valor presente	(3)		(48.667)	(40.743)
Variações monetárias passivas	(1.304)	(2.187)	(61.404)	(61.753)
Valor justo de instrumentos financeiros			(3.018)	(11.394)
Outras	(1.981)	(2.269)	(6.347)	(8.656)
Total de despesas financeiras	(4.342)	(5.956)	(168.095)	(173.681)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Realização de ajuste a valor presente			9.832	3.949
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos			29.936	31.118
Rendimentos sobre aplicações financeiras			15.098	12.983
Variações monetárias ativas	294	242	39.623	52.636
Valor justo de instrumentos financeiros			4.397	
Outras	362		1.539	9.001
Total de receitas financeiras	656	242	97.395	109.687
Despesas financeiras, líquidas	(3.684)	(5.714)	(70.700)	(63.994)

	Consolidado	
	2012	2011
Variações cambiais passivas	(12.315)	(24.360)
Variações cambiais ativas	4.453	8.441
Variações cambiais, líquidas	(7.862)	(15.919)

30. Plano de suplementação de aposentadoria: A Companhia disponibiliza para seus colaboradores um plano de previdência privada de contribuição definida (Itaú Previdência), com o objetivo de complementar a previdência oficial, sendo a característica do plano promover um benefício de renda complementar a seus colaboradores. Para o exercício de 2012, o montante contribuído pelo Grupo Brasil Kirin soma R\$ 8.521 (2011 - R\$ 7.979). No ato da aposentadoria, o participante da Companhia poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação da Companhia (até o limite de 6,5% do salário) e dos colaboradores. **31. Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos que contempla todas as entidades legais do Grupo Brasil Kirin com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Campinas, 15 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Maurício Colombari
Contador CRC 1SP19583/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Brasil Kirin Participações e Representações S.A. (Anteriormente denominada Schincariol Participações e Representações S.A.)**. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Brasil Kirin Participações e Representações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Brasil Kirin Participações e Representações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das